

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Deiziane dos Anjos Julio Amaral

**OS DILEMAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).  
Orientador: Prof. Dr. Leonardo Silva Andrada.

Juiz de Fora  
2023

## DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **DEIZIANE DOS ANJOS JULIO AMARAL**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201973006A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **OS DILEMAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE NACIONAL BRASIELIRA**, desenvolvido durante o período de 12/ 09/2022 a 11/01/2023 sob a orientação de LEONARDO SILVA ANDRADA, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

**DEIZIANE DOS ANJOS JULIO AMARAL**

**Marcar abaixo, caso se aplique:**

Solicito aguardar o período de ( ) 1 ano, ou ( ) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

## OS DILEMAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA

Deiziane dos Anjos Julio Amaral<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo visa apresentar e investigar os dilemas existentes na construção de uma identidade nacional brasileira. A abordagem e estudo vigentes neste trabalho ocorrem em torno dos impasses enfrentados na constituição de conjecturar sinteticamente esses múltiplos e ambíguos “Brasis”. Tomaremos como base para essa análise dois períodos distintos: pós-independência (século XIX) e dos anos 20 (século XX). O nosso escopo aqui também infere apresentar as soluções denotadas pelos intelectuais das respectivas épocas para tais problemas. Para isso, foi necessário através de uma revisão bibliográfica realizar análise de diversificados artigos, periódicos e obras de definidos autores. Com finalidade de evidenciar que em ambos os períodos o cenário político, social e cultural despertaram nesses intelectuais a necessidade de pensarem uma identidade para o Brasil. Por fim, relatar os pontos divergentes e convergentes de determinados momentos, identificando a razão intrínseca para obterem avaliações e resultados discrepantes, que apesar disso, alcançaram um ideal de identidade nacional brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Identidade Nacional, Brasil, Intelectuais, Dilemas.

### 1. INTRODUÇÃO: A necessidade de construção de uma identidade nacional

O objetivo deste artigo é analisar e abordar os dilemas presentes na construção de uma identidade nacional brasileira com base em dois períodos distintos: pós-independência (século XIX) e da década de 1920 (século XX). Estes dilemas estão relacionados intrinsecamente com as transformações políticas, sociais, culturais e econômicas existentes em cada época. Os problemas enfrentados ocasionaram nos intelectuais um “sentido de missão” (MARTINS, 1987), de dever a ser cumprido, propondo soluções para a saída da crise na qual o país se encontrava.

A metodologia aplicada para a constituição deste trabalho concerne numa revisão bibliográfica através da coleta de informações em artigos, periódicos e obras de diferentes autores. Destarte, os resultados obtidos da pesquisa foram devidamente separados e ordenados a partir da análise e interpretação de dados. Sobre ela o problema e a hipótese foram construídos e posteriormente suas verificações. Após, os frutos da investigação foram filtrados e o material reunido categorizado.

Em Lima Barreto, o foco principal de sua preocupação é a relação do povo brasileiro com sua nação, afirmando que lhes falta o sentimento de pertencimento à sua própria terra. Na sua famosa frase ele diz: “Nós brasileiros, somos como Robinsons; estamos sempre à espera do navio que nos venha buscar da ilha a que um naufrágio nos atirou”<sup>2</sup>. Essa alienação percebida por Barreto está conectada com o modo de colonização ocorrida no Brasil, onde os povos já existentes foram destruídos e como consequência uma nova nação se emergiu de diversas raças.

“O Brasil representou uma das primeiras experiências bem-sucedidas de criar uma nação fora da Europa. A nação é vista como uma comunidade de destino, acima das classes, acima das regiões, acima das raças. Para isso, é preciso adquirir uma consciência de unidade, a identidade, e, ao mesmo tempo, é necessário ter consciência da diferença em relação aos outros, a alteridade. O grande outro da criação da nacionalidade brasileira é Portugal” (FIORIN, 2009, p. 117).

Por isso, Barreto intitula os cidadãos do Brasil como naufragos. Para Sérgio Buarque de Holanda “somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra” (HOLANDA, 1996, p. 31). Assim, é evidente o sentimento de exílio que o brasileiro já naquela época apresentava em relação a sua própria terra.

---

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: deizianeamaral@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Dr. Leonardo Silva Andrada.

<sup>2</sup> BARRETO, Lima. Transatlantismo. **Careta**, 8 de julho de 1922.

Fiorin cita que segundo Renan, para criar uma nação é preciso produzir “um rico legado de lembranças, que é aceito por todos” (1947, p. 903 apud 2009, p. 116). “Ela é uma herança, simbólica e material. Assim, pertencer a uma nação é ser um dos herdeiros desse patrimônio comum, reconhecê-lo, reverenciá-lo” (THIESSE, 1999, p. 12 apud FIORIN, 2009, p. 116).

“A nacionalidade é, portanto, uma identidade” (FIORIN, 2009, p. 116). A construção de uma identidade nacional envolve, assim, a disseminação do culto a características de seu povo e seu país. Para isso, é preciso criar um legado comum com finalidade de unificar as diferentes partes de um país. “Para criar, de fato, um mundo de nações não bastava fazer o inventário de sua herança; nem sempre ela existia, era preciso, pois, antes de tudo, inventá-la” (THIESSE, 1999, p. 13 apud FIORIN, 2009, p. 116). Contudo, para esta invenção é essencial procurar um fator que seria “um vivo testemunho de um passado prestigioso e a representação eminente da coesão nacional” (THIESSE, 1999, p. 13 apud FIORIN, 2009, p. 116). Portanto, a identidade nacional é inventada como um discurso.

“Ela condensa-se numa alma nacional, que deve ser elaborada. Uma nação deve apresentar um conjunto de elementos simbólicos e materiais: uma história, que estabelece uma continuidade com os ancestrais mais antigos; uma série de heróis, modelos das virtudes nacionais; uma língua; monumentos culturais; um folclore; lugares importantes e uma paisagem típica; representações oficiais, como hino, bandeira, escudo; identificações pitorescas, como costumes, especialidades culinárias, animais e árvores-símbolo” (THIESSE, 1999, p. 14 apud FIORIN, 2009, p. 117).

Em princípio, é válido ressaltar que “a identidade nacional é uma criação moderna. Começa a ser construída no século XVIII e desenvolve-se plenamente no século XIX” (FIORIN, 2009, p. 116). Logo, no Brasil a necessidade de constitui um sentimento de pertencimento nacional em seu povo nasce no pós-independência. Visto que o novo país carecia de identidade própria.

Dito isso, o desenvolvimento do trabalho foi dividido em duas partes: a primeira tratava do período pós-independência, demonstrei a necessidade de construção de uma identidade nacional brasileira devido à crise política que se seguiu à independência do Brasil. Explorando a conjuntura política que levou os intelectuais do período a pensar a identidade brasileira, identificando quais elementos foram escolhidos para representá-la.

Na segunda parte será tratado sobre a década de 1920, em primeira análise teremos a Primeira República, visto que em 1922 é colocado “em questão os padrões culturais e políticos da Primeira República” (FERREIRA, PINTO, 2006, p.1). Em seguida, será exposta uma série de eventos que transformaram de maneira relevante o cenário político e cultural brasileiro. Como a semana de Arte Moderna, a criação do Partido Comunista, o movimento tenentista, a comemoração do centenário da Independência e a disputa presidencial de 1922.

“Durante os anos 20, o Brasil, como se sabe, passa por transformações culturais, políticas, econômicas e sociais cuja importância é unanimemente reconhecida. Os centros urbanos, sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo, conhecem nessa época uma efervescência cultural e política sem precedente. É no eixo das relações ambíguas entre esses dois domínios (o cultural e o político) que a intelligentsia buscará não mais seu status, mas sua identidade social” (MARTINS, 1987).

## **O cenário político pós-independência e a emergência de uma identidade nacional**

Em 1822 ocorre a ruptura política do Brasil com a metrópole portuguesa. A partir desse momento e até meados do século XIX, o Brasil enfrenta um período de perigo eminente de divisão territorial, pois a centralização político-administrativa imposta pela Coroa portuguesa deixa de existir. Emergindo um Império ainda associado aos lusitanos, mas com a responsabilidade de administrar um país considerado de dimensão continental, composto por diversidades culturais, sociais e geográficas, e que necessitava de compartilhar um ideal coletivo que unisse esses múltiplos “Brasis”. Tendo Dom Pedro I como Imperador do Brasil, significava certa continuidade da influência portuguesa sobre o país independente, impedimento assim mudanças radicais nas instituições políticas do recém-país.

Logo, a constituição da nação brasileira, segundo Fiorin apresenta um dilema, visto que “a independência é proclamada por um príncipe português, herdeiro do trono de Portugal. Não houve, portanto, uma ruptura completa com a antiga metrópole” (2009, p. 117). Como solução:

“O trabalho de construção da nacionalidade começa, então, com a nacionalização do monarca. Pedro I é mostrado como alguém que renuncia a Portugal e assume a nacionalidade brasileira. Nossos livros de História repetem incessantemente o episódio do Dia do Fico, em que o Príncipe afronta as Cortes Portuguesa, para “fazer o bem de todos e a felicidade geral da Nação”. Na célebre representação da independência, produzida por Pedro Américo, D. Pedro, do alto de um cavalo, no ponto mais elevado da colina do Ipiranga, está com a espada desembainhada, apontada para o céu, gritando “Independência ou Morte”. A descrição desse fato nos manuais de História diz que D. Pedro, antes do grito inaugural de nossa nacionalidade, arrancou fora os laços portugueses” (FIORIN, 2009, p. 117).

Destarte, é evidente a tentativa de desconstruir a nacionalidade portuguesa do monarca no intuito de criar o sentimento de aceitação no povo brasileiro para com o Imperador. Em relação a seu governo, D. Pedro I provou ser muito eficaz nos primeiros anos do império. Externamente, trabalhou para buscar o reconhecimento diplomático da nova nação perante a comunidade internacional. Conseguindo, por mediação inglesa, o reconhecimento do Brasil como país independente. Internamente, defendeu os interesses das elites regionais dependentes do trabalho escravo à medida que o movimento abolicionista, alimentado pela Inglaterra, se intensificava e se tornava realidade.

Em contrapartida, suas políticas foram insuficientes para a elite regional brasileira. O estado imperial, bastante centralizado, não permitia que eles participassem das decisões nacionais, de modo que seus diferentes interesses e aspirações não podiam ser considerados. Para Barbato “neste sentido, não se sentindo representadas dentro do próprio país, essas oligarquias começaram a conspirar contra a unidade política do Império, não raro, invocando a origem lusitana do Imperador e afirmando que o Brasil ainda estava atrelado aos interesses de Portugal” (MAGNOLI, 2003: 286 apud BARBATO, 2014, p. 2).

Em consonância, temos outro impasse, “[...] o Brasil pós-independente não apresentava um quadro político estável. Movimentos separatistas pululavam por toda a parte, o Brasil corria um grande risco de fragmentação territorial [...]” (BARBATO, 2014, p. 4). Ademais, dois outros fatores somatório a isso acentua a crise política no Brasil. O primeiro é que nos anos de 1830 o descontentamento das elites regionais se agrava. O segundo corresponde à abdicação de D. Pedro I, que regressa a Portugal, dando início ao período regencial, cujo risco de separação territorial do Brasil se torna altamente real. Segundo Barbato, Ariel Feldman define que:

“nos momentos iniciais do período regencial, o Brasil passa por um processo de nacionalização dos quadros dirigentes do Estado e a identidade brasileira é, assim, contraposta e polarizada à identidade lusitana, visto que a restauração do ex-imperador – mais do que nunca vinculado a grupos lusos – era um projeto altamente viável” (FELDMAN, 2006: 6 apud 2014, p. 3).

O chamado período regencial sucede entre a abdicação de Dom Pedro I e seu retorno a Portugal até a chegada da maioria de Dom Pedro II, onde culminou em várias revoltas por todo o solo brasileiro, atingindo de norte a sul. Durante a Regência (1831-1840), eclodiram no país rebeliões por motivos diversos. Sendo o fundamental, a perda de legitimidade, que existia quando D. Pedro I estava à frente do Império. A Cabanagem (1835 – 1840) no Pará, Sabinada (1837 – 1838) na Bahia, Balaiada (1838 – 1840) no Maranhão, Revolta dos Malês (1835) na Bahia, Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos (1835 – 1845) no Rio Grande do Sul, são exemplos dessas revoltas.

No fim daquele período, D. Pedro I havia falecido, e a chamada rebelião regencial exacerbou a fragilidade política do país independente. Em meio a esse cenário caótico, “de lusofobia ainda presentes e o fantasma da restauração portuguesa, mostraram que providências precisavam ser tomadas, ou logo o Brasil poderia seguir o exemplo da América espanhola e ser dividido em vários Estados independentes” (BARBATO, 2014, p. 3). Por essa razão, procurou-se um modo de garantir a unicidade do país através da construção de uma identidade nacional brasileira.

“Como podemos observar, o Brasil passava por uma grande crise institucional, marcada por tensões que provocavam o temor de separatismos, produzindo assim a perspectiva do surgimento de uma série de países com origem na América portuguesa – a despeito do que

ocorreu na América espanhola. Portanto, era o momento ideal para se operar um processo de invenção das tradições, prover uma identidade nacional capaz de produzir códigos de comunhão entre brasileiros de norte a sul, de leste a oeste do país, separados por rios, montanhas e florestas, que pouco – ou quase nada – enxergavam semelhanças entre si, além das semelhanças de viverem sob um mesmo governo” (BARBATO, 2014, p. 3-4).

### A constituição da natureza brasileira

Como apresentado, o Brasil pós-independência apresentava um quadro político instável, movimentos separatistas ameaçavam fragmentar o território do país. Por isso, “o governo imperial, aliado a grupos de intelectuais, lançaram o projeto de construir uma identidade nacional para o Brasil, a fim de que essa ajudasse a atenuar o efeito da crise política” (BARBATO, 2014, p. 4). O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) criado pelo governo imperial, fundado sob o regime monárquico, em 1838, tinha este objetivo de pensar em uma identidade para o jovem país. Como afirma Beired:

“O instituto não fora concebido apenas como instituição científica, mas deveria desempenhar também uma função política, no sentido de produzir uma identidade nacional para um jovem país. Mediante estudos que integrassem a história e a geografia pretendia-se não apenas conhecer o passado, mas desenvolver instrumentos para agir sobre o presente e o futuro” (2007, p. 151).

No entanto, existe um dilema em relação ao povo brasileiro e sua identificação com a nação. Pois, “foram os nacionalismos que deram origem à formação dos Estados nacionais, ou seja, o sentimento nacional é anterior à nação como corpo político” (HOBSBAWM, 1990: 17-19 apud BARBATO, 2014, p. 4). “E, nesse sentido, o Brasil estava no caminho inverso do usual, com um Estado formado, mas sem uma nação própria” (BARBATO, 2014, p. 4).

Portanto, era fundamental resolver esse problema. Para isso, os intelectuais do Instituto Brasileiro de História e Geografia cariciavam de características que prestariam como normas de identificação mútua entre os habitantes do novo país, ou seja, precisava de uma História, que privilegie suas virtudes, e assim despertaria paixão e orgulho em seus nacionais. Por conseguinte, era essencial pensar e criar uma identidade nacional para o Brasil.

Essa identidade seria baseada na Europa, visto que o continente era considerado um modelo civilizatório a ser seguido. “E se o Brasil procurava galgar um lugar entre as “nações civilizadas”, era entre a Europa e seus descendentes do norte – em especial os Estados Unidos – que precisava se destacar” (BARBATO, 2014, p. 5). Mas, o novo país também tinha que criar seus próprios elementos que o caracterizavam, mostrando ser uma nação única, porém sem se alienar do padrão europeu. É o que ressalta Fiorin, “na construção da identidade brasileira teria que ser levada em conta a herança portuguesa e, ao mesmo tempo, apresentar o brasileiro como alguém diferente do lusitano. É isso que explica o modelo adotado para descrever a cultura brasileira” (2009, p. 117).

Conforme Barbato (2014, p. 5), na Europa o que ajudou a recuperar o passado histórico e o sentimento de nação foi o romantismo, representado pelo medieval e gótico, como símbolos da construção de seus ideais nacionais. No entanto, no Brasil não houve uma Idade Média, então, isso levou os escritores brasileiros, especialmente os românticos, a construir uma Idade Média imaginária. “No trabalho de constituição da nacionalidade, a literatura teve um papel fundamental. Os autores românticos, com especial destaque para Alencar, estiveram na linha de frente da construção da identidade nacional” (FIORIN, 2009, p. 118).

Nesse contexto, a natureza serve como foco para a construção de uma cultura nacional distinta, por ser um elemento originalmente considerado brasileiro. O livro relevante nessa elaboração identitária foi *O Guarani*. “Nele determina-se a paisagem típica do Brasil (o espaço da eterna primavera, onde não ocorrem cataclismos naturais, como furacões, tornados, terremotos, etc.), a singularidade de sua língua, mas principalmente o casal ancestral dos brasileiros” (FIORIN, 2009, p. 119). Valéria de Marco, também, traz a natureza como fator constituinte dessa nação presente na obra, “o rio Paquequer constitui um cenário que elide o tempo, passando, através das descrições do autor romântico, a imagem da natureza primordial plena e pura do Brasil, insinuando ainda, referências à época medieval europeia” (MARCO, 1993: 27-28 apud BARBATO, 2014, p. 5).

Na visão de Paz, conforme Barbato (2014, p. 6), faltava somente aperfeiçoar o caráter *sui generis* da natureza tropical como símbolo do valor nacional, e através do discurso histórico, “transformar tal tropicalidade como verdadeiro alimento do espírito de nacionalidade” Tanto a literatura quanto a história e geografia,

participaram cada uma de seu modo de um movimento que utilizou essa natureza como ponto de unidade e de diferença no Brasil. Entretanto, tendo definido sua natureza, restava definir seu povo, pois “a natureza não ocupa sozinha o posto de elemento original e singular do Brasil. O homem brasileiro, representado principalmente pelos elementos indígenas e mestiços também têm lugar central nesse contexto” (BARBATO, 2014, p. 7-8).

### **Brasil: uma cultura de mistura**

A cultura brasileira é considerada uma cultura de mistura (FIORIN, 2009, p. 117). A cultura da mistura possui um mecanismo que a rege que é o princípio da participação, “cujo operador é a mistura, o que leva ao cotejo entre o igual e o desigual. A igualdade pressupõe grandezas intercambiáveis; a desigualdade implica grandezas que se opõem como superior e inferior” (FONTANILLE e ZILBERBERG, 2001, p. 29 apud FIORIN, 2009, p. 118). Ela “apresenta um aspecto contínuo, favorecendo o “comércio” cultural. Nela, o andamento é rápido. É a cultura do permitido” (FONTANILLE e ZILBERBERG, 2001, p. 20-30 apud FIORIN, 2009, p. 118). Seu modo de operar é com base em um tipo de valor diferente, “[...] valores de universo, que são os da extensidade. [...] são mais abertas, procurando a expansão e a participação” (FONTANILLE e ZILBERBERG, 2001, p. 53-54 apud FIORIN, 2009, p. 118).

No século XIX, com o romantismo, opera a cultura da mistura entre o branco e o índio. Alencar trata bem isto na sua obra, onde define o mito de origem do Brasil. Fiorin pontua que se deve notar que a mistura não é indiscriminada. Existem sistemas que não são aceitos na mistura. “Por exemplo, no período de construção da nacionalidade, não há a ideia da miscigenação das três raças que hoje se diz terem constituído a nação brasileira, mas somente a dos índios e brancos” (2009, p. 121). Os negros eram excluídos, pois, afinal, tratavam-se de escravos. Tardiamente, emerge a ideologia do branqueamento, que estimulou grandes imigrações europeias, de italianos, de alemães, de espanhóis, de poloneses, etc. No ano de 1844, o IHGB lança um concurso para premiar o trabalho que melhor elabora um projeto de escrita da história do Brasil. O vencedor do concurso foi o cientista alemão, Karl Friedrich Von Martius. Segundo Beired:

“A tese do naturalista tornou-se uma fórmula duradoura que informou gerações de intérpretes da realidade brasileira, ao sustentar que mescla de raças era um componente fundamental da identidade nacional do Brasil, e que a sua história deveria ser escrita em função desse processo de integração racial. Ao desenvolver essa leitura em chave romântica, Martius pretendeu destacar a personalidade do Brasil em relação às outras nações e involuntariamente fundou o mito da democracia racial brasileira” (2007, p. 151-152).

Assim, “o Brasil encontrava-se em uma situação *sui generis* no mundo: era o palco da mestiçagem entre as três raças” (BARBATO, 2014, p. 8), contudo somente duas dessas raças são cultuadas na literatura do século XIX. No romantismo, como já citado antes, começa a ser introduzido à ideia da cultura brasileira baseada numa mistura harmônica e pacífica entre o branco e o indígena. Para Fiorin (2009, p. 119) o romance, *O guarani* de José de Alencar, narra o mito da fundação da nação brasileira. “Peri e Cecília constituem seu casal inicial, formado por um índio que aceitara os valores cristãos” (1995, p. 268-279 apud FIORIN, 2009, p. 119) “e por uma portuguesa que acolhera os valores da natureza do Novo Mundo” (1995, p. 279-280 apud FIORIN, 2009, p. 119). O Brasil, então, se caracterizava por sua cultura de influência lusitana e tupinambá. Portanto, são identificados os elementos que definiriam a identidade nacional do Brasil, estabelecendo como era sua natureza e seu povo. Por fim, podemos determinar que:

“O mito de origem de nosso país opera com a união da natureza com a cultura, ou seja, dos valores americanos com os europeus. O Brasil seria, assim, a síntese do velho e do novo mundo, construída depois da destruição do edifício colonial e dos elementos perversos da natureza. Os elementos lusitanos permanecem, mas modificados pelos valores da natureza americana” (FIORIN, 2009, p. 119).

### **A instauração da Primeira República**

A transição do Brasil império para o Brasil república aconteceu tardiamente, tendo em vista que o país era o único das Américas que vigorava em um regime monárquico. Pois, após se tornarem independentes, os outros países do continente adotaram de imediato o regime republicano. Posteriormente, esse fator colabora

para a crise do império, que entra em colapso no final do século XIX, a partir de 1850 e 1860, os inúmeros problemas ocasionados por diversos fatores, repercute na organização de um movimento de contestação e de planejamento de uma alternativa a monarquia, que seria naturalmente a República.

O início desse movimento ocorre com a publicação de um manifesto republicano nacional em 1870, escrito teoricamente por Quintino Bocaiuva, assinados por alguns políticos, intelectuais e entre outros. Posto isso, devemos dissertar a vista do que motiva o levante republicano. Naquele período havia uma nova geração com o intuito de adentrar no poder, mas era deverás complicado esse feito, dado que o processo eleitoral era pouco democrático e competitivo; as eleições eram indiretas, isto é, somente votavam e eram elegíveis as pessoas que detinham determinados níveis de renda e idade.

Desse modo, os jovens oligárquicos, bacharéis, médicos, ou seja, os filhos dessa elite em geral, não conseguiam fazer parte desse mecanismo fechado. Assim, é criada uma legião de descontentes formado pelos grupos emergentes. O problema sucessório é outro fator que contribui para o acarretamento da crise, o então imperador Dom Pedro II se encontrava envelhecido, a herdeira do seu trono era a Princesa Isabel. Porém, no Brasil não era admitido que ela como mulher e beata administrasse o império, por ser quisto um Estado autônomo da igreja e o seu marido francês atentava contra a nacionalidade brasileira.

Ademais, ocorre a disseminação de novas ideias no Brasil que surgem no final do século XIX, na mentalidade dos nossos intelectuais, como o positivismo, evolucionismo, darwinismo social e o liberalismo conservador. Essas correntes ideológicas ajudam a influenciar o movimento. Logicamente, existe também uma razão econômica por trás da república que era a distribuição das receitas nacionais, a monarquia era um regime centralizado, então todos os impostos que eram recolhidos nas várias províncias brasileiras eram redistribuídos por todo o território nacional. Entretanto, havia províncias mais ricas que as demais, principalmente as localizadas no sudeste, no sul e outras nas ilhas do nordeste e elas produziam a maioria das riquezas nacionais e essa riqueza produzida financiava os estados monárquicos e também as províncias mais pobres.

Dessa maneira, os produtores dessas maiores riquezas ficavam insatisfeitos com essa divisão descentralizada da riqueza e defendiam que os recursos gerados por elas permanecessem em seu local de origem. Além disso, com as séries de leis abolicionistas adotados pela monarquia, existia um temor com o que aconteceria com a principal economia do Brasil, o café. Posto que, desde 1830, a cafeicultura da província do Rio de Janeiro era próspera com base na mão de obra escrava, portanto, havia questionamentos sobre o que substituiria essa mão de obra. Em função do endividamento do estado brasileiro e da baixa demanda de café em momentos de crise econômica internacional, os cafeicultores também pressionavam o império por uma política de créditos mais favoráveis, juros menores e por bastante disponibilidade financeira para investimentos tanto na cafeicultura quanto nas outras produções econômicas.

A marinha era a principal força armada brasileira, por isso o exército brasileiro era minoritário até o advento da guerra do Paraguai, com a vitória nessa guerra o exército ganhou prestígio e aumento no armamento, no efetivo, de *status* e salariais. Em busca de mais protagonismo, eles se aglutinam em torno do movimento republicano. Portanto, essas séries de descontentamentos de cunho político e econômico foram os pontos principais para o golpe militar em 1889.

Logo, como todo movimento a república é dotada de interesses e estratégias, suas proposições eram a implantação do federalismo, ou seja, a autonomia dos Estados e a municipal; soberania popular e as eleições diretas. Contudo, havia um ponto de discordância entres os grupos sobre escravidão e a laicização.

O repertório do movimento era variado, pois é dividido entre duas décadas. Na primeira década é um movimento bastante reformista de cunho consensual e pacífico. Todavia, com esse estilo reformista não era obtido resultado, então optaram por um discurso radical e revolucionário, culminado no golpe militar. As estratégias eram a propagação de manifesto na imprensa, discursos em praça pública e as conferências. As lideranças destacadas, por exemplo, são Quintino Bocaiuva, Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e Benjamim Constant.

Sendo assim, com uma conspiração de parceria entre civis e militares, utilizando do efeito surpresa, ou seja, do fator inesperado para promover o golpe de estado, exilando imediatamente a família real e convocando uma nova constituinte. O grande marco da transição do regime monárquico para a República foi a Constituição de 1891, baseada nos modelos da Argentina, Estados Unidos e da França. As principais características da Carta Magna foram à instituição do regime republicano presidencialista, a laicização do Estado, descentralização do poder e a federalização dos Estados.

## A crise dos anos 20



Marieta de Moraes Ferreira e Surama Conde Sá Pinto (2006, p. 1) retrata que na década de 1920 o Brasil sofreu um período de grande efervescência e profundas transformações culturais, políticas e econômicas. Estando imerso numa crise cujos sintomas se apresentaram, nos mais diversos planos do país, cuja ruptura mais violenta ocorre a partir da revolução de 1930 liderada por Getúlio Vargas, então governador do Rio Grande do Sul.

Os variados movimentos que eclodiram nos anos 20, principalmente em 1922, colocaram em pauta o modelo político e cultural da Primeira República. Levantando questionamento da ordem liberal-oligárquica tendo “como expressão mais evidente as revoltas tenentistas, a fundação do Partido Comunista e do Partido Democrático de São Paulo, a ação do movimento sindical, o surgimento de vanguardas estéticas e o desenvolvimento de correntes ideológicas autoritárias” (BEIRED, 2007, p. 123).

O principal dilema do período foi a sucessão presidencial de 1922. Pois, pela primeira vez o confronto entre oligarquias foi colocado explicitamente na disputa sucessória, revelando tensões entre os estados dominantes e os estados intermediários, expondo as inadequações do federalismo brasileiro. No ano de 1921, esse confronto se caracteriza pela formação do Movimento de Reação Republicana, composta pelos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Distrito Federal, que lançam a candidatura de Nilo Peçanha, contra o candidato Arthur Bernardes, apoiado por Minas Gerais, São Paulo e outros estados.

“No dia 24 de junho de 1921, um grupo de políticos reunidos no Centro Rio-Grandense, no Rio de Janeiro, divulgou um manifesto lançando a chapa Nilo Peçanha- J. J. Seabra e criando o movimento da Reação Republicana. Os pontos básicos do documento eram a crítica ao processo adotado pelos grandes estados para a escolha do candidato à presidência, a reivindicação de maior autonomia para o Legislativo frente ao Executivo e a exigência de maior credibilidade para as forças armadas, que no governo de Epitácio Pessoa (1919-1922) haviam sido afastadas da chefia das pastas militares” (FERREIRA, 1993, p. 15).

Portanto, a Reação Republicana foi fruto do descontentamento das oligarquias intermediárias com o domínio do eixo Minas-São Paulo. Os protestos dos estados do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Distrito Federal buscam por fortalecer seu poder entre as oligarquias predominantes. O candidato dissidente aprofundou sua crítica ao federalismo, cujo regime beneficiava somente os estados da política do Café com Leite, chamando a atenção para a importância da institucionalização dos partidos e manifestou a sua preocupação com a situação política e a instabilidade enfrentada pelos militares.

No entanto, para os padrões políticos da Primeira República, ser candidato da oposição significava enfrentar todos os tipos de dificuldades. Mesmo assim, as forças dissidentes, acreditava ser possível vencer o oponente. Visto que “o nome de Artur Bernardes encontrava ampla resistência em diversos setores e estados, e isso seria suficiente, na sua concepção, para quebrar a regra clássica de funcionamento da política oligárquica” (FERREIRA, 1993, p. 15).

A Reação Republicana visava enfrentar esse desafio por meio do uso de diferentes estratégias, como, a anuência de lideranças políticas estaduais e municipais descontentes com Artur Bernardes, propaganda eleitoral e busca de apoio militar. A campanha eleitoral de Nilo, por mais bem-sucedida, não poderia determinar a eleição. Mesmo sem abandonar essas iniciativas, é fundamental encontrar alternativas mais efetivas, era preciso um parceiro político capaz de resistir às oligarquias dominantes. Os militares eram o segmento ideal. O fracasso de Hermes da Fonseca em concorrer ao cargo para presidente alimentou ainda mais o descontentamento dos militares, tornando-os um potencial aliado.

“Os conflitos entre os militares e o governo federal já haviam marcado vários momentos da política republicana. A posse de Epitácio Pessoa e a posterior escolha de civis para ocupar as pastas militares durante seu governo só fizeram acirrar as dificuldades. O retorno de Hermes da Fonseca da Europa em novembro de 1920 recrudescer os antagonismos, e sua eleição para presidente do Clube Militar em 1921 abriu novas articulações em torno de seu nome, que chegou a ser cogitado para a sucessão presidencial” (FERREIRA, 1993, p. 18).

Na verdade, é notória a preocupação das oligarquias intermediárias em se aproximar dos militares, por meio de críticas à posição secundária que o governo federal lhes atribuía. Em meio a esse cenário turbulento das eleições e os conflitos políticos das oligarquias, a eleição ocorre na data estabelecida em 1º de março de 1922. “Os resultados eleitorais, controlados pela máquina oficial, deram a vitória a Bernardes, com 446 mil votos,

contra 317 mil de Nilo Peçanha. Mais uma vez o esquema eleitoral vigente na Primeira República funcionou para garantir a posição do candidato oficial” (FERREIRA, 1993, p. 19).

Diferentemente das eleições anteriores, a oposição se encontra insatisfeita com os resultados eleitorais. Como resposta a vitória de Minas-São Paulo, a Reação Republicana reivindica a criação de um Tribunal de Honra para julgar o processo eleitoral, além de produzir uma campanha cujo objetivo era mobilizar as massas e estimular a comoção militar. É o que afirma Ferreira:

“Ao longo de todo o primeiro semestre de 1922, e em especial após as eleições, a imprensa pró-Nilo assumiu uma postura panfletária, denunciando diariamente as punições e transferências sofridas pelos tenentes antibernardistas. Além de denunciar as perseguições feitas pelos bernardistas aos militares, as lideranças da Reação Republicana radicalizavam suas posições, abrindo espaço para a possibilidade de intervenção armada na decisão do conflito político” (1993, p. 19).

Nessa conjuntura de conflito político iminente, os militares começaram a se manifestarem com rebeliões e a intervir nas disputas políticas em alguns locais em favor de seus aliados civis. Nas eleições para o Conselho da Câmara e várias comissões parlamentares, todos os deputados dissidentes foram excluídos. A aparente decisão das forças bernardistas de não se envolver em qualquer forma de negociação levou a uma radicalização dos movimentos de oposição. “Totalmente marginalizadas no cenário político nacional e sem nenhuma possibilidade de acordo, as forças dissidentes não tinham outra alternativa senão o aprofundamento das relações com os militares” (FERREIRA, 1993, p. 20).

Na perspectiva econômica, conforme Ferreira e Pinto (2006, p. 1), os anos 20 foram marcados por altos e baixos. Se a queda dos preços internacionais do café nos primeiros anos trouxe sérias consequências para toda a economia brasileira, como inflação alta e uma crise fiscal sem precedentes, por outro lado, houve também uma expansão significativa da cafeicultura e das atividades a ela ligadas. Após um período inicial de dificuldades, o país passou por um expressivo processo de crescimento que durou até a Grande Depressão de 1929. Paralelo a isso, para elas a diversificação da agricultura, o maior desenvolvimento das atividades industriais, a expansão das empresas existentes e o surgimento de novas instituições ligadas à indústria de base são indicadores importantes do complexo processo pelo qual passa a economia brasileira. Com essas mudanças observadas no cenário econômico, a expansão do setor urbano é acompanhada pelo crescimento da classe média, da classe trabalhadora e pela diversificação dos interesses da elite econômica.

### **O movimento tenentista e o nascimento do Partido Comunista**

A realidade de um risco iminente de rebelião estava cada vez mais presente no Brasil, devido à crise política. “As possibilidades de subversão da ordem e de intervenção militar tornavam-se por sua vez cada vez mais concretas. Ainda em meados de maio de 1922, Dantas Barreto, já suspeitando da crise que iria eclodir em Pernambuco, telegrafou a Nilo declarando: *Tribunal de Honra ou revolução*” (FERREIRA, PINTO, 2006, p.11).

Destarte, o movimento tenentista acaba eclodindo em 5 de julho de 1922, esteve envolvido na rebelião as guarnições de Campo Grande, Distrito Federal e Niterói. Em suma, um grupo de tenentes se rebela no Rio de Janeiro após a prisão do ex-presidente e marechal Hermes da Fonseca, decretada pelo presidente Epitácio Pessoa. Os militares já se encontravam insatisfeitos com as condições de vida, analfabetismo e a falta de representação.

Ademais, juntamente a esses fatores há também, a instabilidade do exército brasileiro, o primeiro a unificar o país após a Guerra do Paraguai e a derrubar o Império e instaurar a República. “Este levante militar, que ficou conhecido como *Dezoito do Forte de Copacabana*, é considerado a *estréia dos tenentes no cenário nacional*” (PRESTES, 1997, p.70, apud FERREIRA, PINTO, 2006, p.12). Apesar de o movimento ter ganhado o adjetivo tenentista, a rebelião não foi composta apenas por tenentes. Todavia, esses homens formaram a maioria da composição militar da revolta. É o que afirma Ferreira e Pinto:

“O tenentismo recebeu esta denominação uma vez que teve como principais figuras não a cúpula das forças armadas mas oficiais de nível intermediário do Exército – os tenentes e os capitães. O alto comando militar do Exército manteve-se alheio a uma ruptura pelas armas, assim como a Marinha. O movimento, que tomou proporções nacionais, empolgou amplos setores da sociedade da época, desde segmentos oligárquicos dissidentes aos setores urbanos (camadas médias e a classe operária das cidades)” (2006, p.12).

No entanto, segundo Ferreira (1993, p. 20), a tentativa de revolta falhou desde o início e foi rapidamente reprimida pelas forças federais. O movimento não contava com o apoio de uma força militar expressiva, e a oligarquia dissidente, que tanto fizera para inspirar o espírito militar, não se dispunha a participar de forma mais efetiva. Epitácio imediatamente conclamou o estado de sítio nos estados do Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco, com grande número de deputados dissidentes dos estados do Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco votando a favor da medida, mostrando um sinal de recuo dessas oligarquias e o colapso total da Reação Republicana. Em seguida, uma repressão do governo fortalecido de Epitácio levou a várias prisões e ao início de vários processos. O vilão a ser combatido eram, então, as oligarquias:

“[...] já que segundo os tenentes, elas haviam transformado o país em “vinte feudos” cujos senhores eram escolhidos pela política dominante. Embora na época não chegassem a formular um programa antiliberal, e não obstante suas profundas contradições e seu vago nacionalismo, os tenentes identificavam-se com a defesa de propostas como a reforma da Constituição, a limitação da autonomia local, a moralização dos costumes políticos e a unificação da justiça e do ensino, assim como do regime eleitoral e do fisco” (PRESTES, 1997, p. 97 apud FERREIRA, PINTO 2006, p. 12).

Logo, após a repreensão da revolta, em novembro de 1922, Arthur Bernardes toma posse da presidência. Com o intuito de controlar e estabilizar seu governo, ele decreta o estado de sítio no Rio de Janeiro, mantendo e aprimorando o movimento de erradicação do levante. Para Ferreira e Pinto a Reação Republicana se encontrava completamente dissolvida, e as oligarquias dissidentes tentavam fazer uma nova articulação em vista da situação dominante de maneira a evitar as intervenções federais. Se a posição do Rio Grande do Sul garantiu o controle do estado para o Partido Republicano Rio-Grandense de Borges de Medeiros, a Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro sofreram alterações significativas nas políticas internas, com a troca dos grupos dominantes. Especialmente no Estado do Rio, esse processo de revezamento de grupos no controle do estado assumiria um caráter radical (FERREIRA, 1989 apud 2006, p. 12-13).

Apenas dois anos após a rebelião do Rio de Janeiro, houve uma revolta dos militares também em São Paulo, o massacre mais sangrento que a capital paulista já havia presenciado. O movimento se opunha ao então presidente Arthur Bernardes, que governou o país sob o estado de sítio durante seus quatro anos na presidência, objetivando sua derrubada do poder.

“A ação do grupo foi iniciada com a tomada de alguns quartéis. Apesar dos tenentes conseguirem se instalar na capital paulista, com a ação repressiva do governo que não distinguia rebeldes dos civis os tenentes resolveram abandoná-la, deslocando-se para o interior de São Paulo onde também eclodiam revoltas. Fixando-se em seguida no oeste do Paraná as tropas vindas de São Paulo enfrentaram os legalistas à espera dos “tenentes” provenientes do Rio Grande do Sul, onde as revoltas tiveram à frente figuras como João Alberto e Luís Carlos Prestes e contaram com a oposição gaúcha PRR. Em abril de 1925 as duas forças se juntaram dando origem à Coluna Miguel Costa-Luís Carlos Prestes” (FERREIRA, PINTO, 2006, p.12).

Em 1922, emergia um partido político decisivo na história do Brasil, ainda que ilegal para a maioria do povo brasileiro, denominado Partido Comunista do Brasil (PCB). No ano de 1935, o partido comandaria a Aliança Nacional Libertadora (ANL) no episódio conhecido como “Intentona Comunista”. Sendo o motivo perfeito para a introdução do regime em 1937, quando Vargas instaurou a ditadura do Estado Novo (1937-45). Com a volta da democracia, o partido foi banido em 1946, e mesmo com a volta do multipartidarismo durante a abertura política não recuperou seus direitos legais, retornando à legalidade somente em 1986.

A queda da Bolsa de Valores de Nova York em 1929 desencadeou a maior crise do capitalismo, e nada parecido se repetiu até setembro de 2008. Os Estados Unidos se encontravam imersos numa crise conhecida como a Grande Depressão (1929-1933). O produto primordial da economia do Brasil, o café, que sustentou o poder político de São Paulo, acabou se desintegrando no exterior. Essa crise, somada a uma década de descontentamento e denúncias de fraude eleitoral na década de 30, levaria a uma série de conflitos que culminaria na Revolução de 1930, na qual Getúlio Vargas chegaria ao poder, aliado aos oligarcas e militares que participaram do movimento tenentista.

A década de 1920 também foi culturalmente rica, como atesta a expansão do mercado editorial e o surgimento de vanguardas modernistas em todos os campos da arte e da literatura, sendo a Semana de Arte Moderna de 1922 o exemplo mais representativo, refletindo uma série de transformações sofridas no país.

“A partir dessa década tornou-se imperativo entre a maioria dos intelectuais o desejo de modernizar o Brasil em suas várias dimensões, de forma articulada à afirmação da sua identidade cultural. Um dos problemas centrais era própria formação da nação brasileira, considerada incompleta devido a múltiplos fatores, dos quais destacavam-se: a carência de verdadeiras elites dirigentes, a importação de modelos políticos e culturais incompatíveis com o Brasil, a existência de um povo mergulhado na ignorância e nas doenças, assim como nas taras inerentes às “raças” tidas como inferiores e refratárias ao progresso, isto é os índios e principalmente os negros e mulatos” (BEIRED, 2007, p. 125).

### **A Semana de Arte Moderna de 1922**

Em São Paulo, ocorreu um evento que mudaria o paradigma cultural, a chamada Semana de Arte Moderna de 1922, cujo objetivo estabelecido era superar o academicismo literário que influenciou nossa cultura, além de introduzir variados temas, como, a brasilidade e a modernização da linguagem artística. Considerada histórica na modernidade, o movimento cultural teve pouca repercussão na época e precisou do apoio de artistas e intelectuais brasileiros para ser legitimada.

“Os intelectuais dos anos vinte e trinta consideravam-se uma “geração sacrificada”, conforme uma definição dramática do escritor Cândido Mota Filho. Nascidos após a queda da monarquia eles se colocaram a tarefa de romper com o isolamento social e político a que tinham estado relegados desde o início do regime republicano inaugurado em 1895. As tarefas que essa geração se colocou eram hercúleas, uma vez que a realidade brasileira era encarada como terrivelmente desoladora e contraposta a tudo que seus integrantes pensavam e almejavam para o país. A sua missão seria a de regenerar o Brasil, colocar o seu saber e a sua ação a serviço da constituição da nacionalidade” (BEIRED, 2007, p. 125-126).

Assim, surgia na visão de Martins (1987) a formação de uma “intelligentsia” no Brasil. O termo se refere, segundo ele, à existência de grupos de intelectuais que inicialmente se caracterizavam e geralmente se distinguem de seus pares, por um conjunto de atributos, sendo o principal deles a natureza especial de sua relação com a política. Em outras palavras, esta última qualidade é característica de um tipo particular de intelectual, cuja emergência como sujeito coletivo parece depender de condições sociais particulares, político e cultural. Portanto, o que se destaca nos membros de uma intelligentsia que se “desligam”; dos privilégios de seu ambiente, para requerer a justiça social e a transformação da sociedade, é a existência de algo que parece algum tipo de imperativo ético, que abarca o “sentido da missão”; que a intelligentsia geralmente se atribui (Martins, 1987).

“Essa camada de homens cultos, críticos da realidade nacional, atuantes no campo cultural e fortemente sensíveis às questões políticas, foram tomando consciência crescente da sua particularidade como categoria social específica e autônoma, ao mesmo tempo que dotada de uma missão regeneradora no interior da sociedade brasileira” (BEIRED, 2007, p. 126).

A gênese e o posterior desenvolvimento do que parece ser uma intelligentsia preocupada com a situação do Brasil e que propõe como solução a modernização do país, é marcada pelo surgimento do movimento modernista em 1922. A Semana de Arte Moderna que organizaram em São Paulo e o escândalo que causou, instituiu, de certa forma, o nascimento de uma intelectualidade homogênea. Apesar de pertencerem a ambientes sociais e políticos diferentes e possuir muitas vezes pensamentos divergentes. Em semelhança, esses intelectuais partilham do mesmo sentimento de renovação política e cultural, além de dividirem os problemas existentes no país.

“Em suma, a intelligentsia procura atravessar o espelho (europeizado) para “ver” o país - e advogar a mudança. Pois a procura da identidade social passa igualmente pela busca

angustiada de uma ponte entre essa completa renovação cultural e a reforma da sociedade: a ponte entre a *modernidade* e a *modernização* do país” (Martins, 1987).

Conseqüentemente, para os intelectuais da época, a ideia de modernização do país não somente no âmbito cultural e social, mas no político e econômico também era necessário. E um dos grandes fatores que inibia essa modernização era o fato do Brasil ser um país ainda rural. Sergio Buarque de Holanda, em “Raízes do Brasil”, discute esse fator, procurando na raiz da sociedade brasileira compreender o atraso social do país e juntamente propor alternativas para a resolução do dilema. Retornando aos primórdios do Brasil como colônia de Portugal, em um latifúndio escravo que culmina na formação de uma família patriarcal rural.

“Assim, é através da busca das raízes da sociedade brasileira, que Sérgio Buarque de Holanda exhibe a origem do tradicionalismo, ou seja, do conservadorismo que impede a modernização do Brasil através da constituição de um Estado Liberal. É através destas origens sociais, que ele insere sua argumentação crítica e propõe uma revolução pautada pela reforma política, pela busca da meritocracia, da impessoalidade na vida pública, pelo planejamento, pelo resultado em longo prazo, ou seja, pela criação de algo que atenda as necessidades modernizadoras da nação” (FERREIRA, ET. AL, 2009).

São Paulo tornou-se símbolo do movimento artístico liderado por Mário de Andrade, Anita Malfatti, Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade e dezenas de artistas de diferentes regiões. São personalidades que querem explorar o Brasil profundo e repensar nossa identidade coletiva e nacional, rompendo com o passado de herança portuguesa. “Os intelectuais estiveram movidos pela certeza de que estavam vivendo sob uma conjuntura decisiva para reorientar o futuro da história brasileira” (BEIRED, 2007, p. 123).

Por fim, é importante enfatizar conforme Menezes (2012, p. 182), que o modernismo brasileiro buscou em suas diferentes formas entender o significado da brasilidade no ano do centenário da nossa Independência. Colocando com sucesso a cultura popular em outro nível de reconhecimento, diferente do momento que eles buscavam antes, que também pensou na nacionalidade brasileira, principalmente no período pós-independência. Estas são as características comuns que podemos reconhecer no “movimento” específico atualizado no modernismo. Do mais conservador ao mais progressista, todos desejam que a arte e as ideias sejam consistentes com as mudanças que ocorreram sobre a base social e política do país.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, podemos afirmar que os dilemas na construção de uma identidade nacional brasileira estão presentes no âmbito político, social, cultural e econômico de cada período. No pós-independência, o Brasil corre alto risco de fragmentação territorial, além de haver uma elite regional insatisfeita. Nos anos 20, temos a questão sucessória presidencial que ocasiona o levante tenentista. Ademais, em conjunto ocorre a criação do Partido Comunista e na esfera cultural surge o movimento modernista marcado pela Semana de Arte Moderna. Em suma, todos esses episódios somados acarretaram de certo modo para a busca de uma identidade nacional brasileira nas determinadas épocas.

Em convergência, nos períodos tratados podemos destacar a presença de uma “intelligentsia” que basicamente reivindicou a liderança moral do país, como uma elite capaz de diagnosticar problemas e propor soluções para a crise enfrentada. Em ambos os momentos a elaboração teórica da intelligentsia serviu para criar um parâmetro de “Brasil moderno”, que nos projetos de cada situação, servia como modelo do que se queria como nação, superando os seus problemas. Assim, no pós-independência com o romantismo ocorre a invenção do que seria essa nova nação, o Brasil, com a valorização e ênfase da sua natureza tropical e singular; e do seu povo miscigenado, com características lusitanas e tupinambás.

Na década de 1920 temos a busca pela modernização do Brasil em vários âmbitos, objetivando romper com o passado de tradições ibéricas. Tendo como ponto de partida um nacionalismo consciente com o anseio de desenvolver um pensamento nacional autônomo, livre do academicismo. Propondo a consolidação de uma intelligentsia nacional transformadora que aponta como atraso brasileiro o fato que parcela da população se encontrava ainda nas zonas rurais, e a estrutura social era baseada no patriarcalismo, demonstrando a necessidade de industrialização do país e sua modernização.

Em divergência, temos duas épocas completamente distintas, mas histórica e cronologicamente próximas. No século XIX temos o Império, com a economia respaldada no café, a nação se encontra ainda em formação com a necessidade de ser definida e estabilizada em vista do perigo de divisão territorial. Como

alternativa ao dilema é preciso construir uma identidade nacional que unificasse de norte a sul as regiões, contudo a crise no Império ocasiona a instauração da República.

No século XX, nos deparamos com a Primeira República, cujo modelo político é federalista e intraoligárquico. Na economia ocorre o início do processo de industrialização e a crise republicana surge devido a críticas dos seus padrões. Culminando em profundas transformações no cenário político, social e cultural; levando os intelectuais a repensarem em uma identidade nacional brasileira com base na modernização do Brasil, propondo romper com a influência europeia do pós-independência.

Por fim, é válido esclarecer que o intuito concludente aqui é evidenciar que em ambos os períodos o dilema político, social e cultural despertaram na intelligentsia emergente a necessidade de pensarem e repensarem uma identidade para o Brasil. Relatando os pontos divergentes e convergentes de determinados momentos, identificando a razão intrínseca para obterem avaliações e resultados diferentes, mas que findaram por alcançar um ideal de identidade nacional brasileira de acordo com a adversidade enfrentada.

### **Referências:**

BARBATO, Luis Fernando Tosta. **A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA: necessidade e contexto**. Revista Eletrônica História em Reflexão, vol. 8, n. 15, 2014.

BARRETO, Lima. Transatlantismo. **Careta**, 8 de julho de 1922.

BEIRED, José Luis B. **Os intelectuais e a direita autoritária no Brasil**. Revista Estudios Sociales, vol. 33, 2007.

FERREIRA, Ana Luiza et al. **Análise de Raízes do Brasil: Uma visão sobre a obra de Sérgio Buarque de Holanda**. Revista de Arte e Humanidades, n. 3, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A Reação Republicana e a crise política dos anos 20**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 9-23.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 26f.

FIORIN, José Luiz. **A Construção da Identidade Nacional Brasileira**. BAKHTINIANA, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 115-126, 1º sem. 2009.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARTINS, Luciano. **A Gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a Política no Brasil, 1920 a 1940**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 2, n. 4, 1987.

MENEZES, José Lúcio da Silva. **Modernismo brasileiro: muito além da Semana de Arte Moderna de 1922**. Dialogia, São Paulo, n. 16, p. 167-184, 2012.